

# Reflexões críticas sobre o materialismo histórico: contrapontos entre E. P. Thompson e Perry Anderson<sup>1</sup>

Lauralice da Silva Benites

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar as reflexões de E. P. Thompson e as críticas de Perry Anderson sobre três temas centrais: a lógica histórica, a validade do materialismo histórico e o conceito de agência. A análise se baseia principalmente nos capítulos VII e XII da obra *A Miséria da Teoria*, de Thompson, e nas críticas elaboradas por Anderson em sua obra posterior. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica fundamentada na leitura direta dos autores e em interpretações de comentadores especializados. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, discute-se a lógica histórica proposta por Thompson e a contraposição feita por Anderson, que questiona o caráter subjetivo e pouco sistemático da proposta. A segunda parte examina as oito proposições de Thompson em defesa do materialismo histórico, contrapostas às críticas de Anderson sobre a falta de precisão conceitual e a fragilidade metodológica. Por fim, na terceira parte, aborda-se o conceito de agência histórica em Thompson, marcado por uma ênfase na ação ativa dos sujeitos, e as críticas de Anderson, que aponta para outras formas possíveis de agência, incluindo a passiva e a reprodutora da ordem existente.

**Palavras chave:** Teoria da História; Historiografia; Lógica histórica; Materialismo Histórico.

## Introdução

Edward Palmer Thompson foi um historiador e militante político marxista, nascido em 3 de fevereiro de 1924, em Oxford, Inglaterra. A inspiração militante adveio de sua família, seus pais e seu irmão exerceram grande influência sobre sua formação política, o que o impulsionou, em 1942, a filiar-se ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB). Nesse período, Thompson cursava História pela Universidade de Cambridge, quando a Inglaterra entrou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o historiador se alistou, o que fez parar seus estudos, retornando após o fim da guerra e se graduou em 1946. Foi por meio de seus estudos sobre o operariado inglês que Thompson se aproximou de Dorothy Towers, com quem se casou. O casal compartilhava o interesse por temáticas marxistas e participava ativamente de seminários e debates relacionados ao tema.

Comprometido com a educação popular, Thompson dedicou-se ao ensino voltado para jovens e adultos da classe trabalhadora. Em 1956, fundou, em parceria com John Saville, a revista *Reasoner*, de orientação comunista independente. No entanto, a publicação foi proibida

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi produzido a partir de dois artigos anteriores de mesma autoria e orientação, intitulados *Thompson e a produção do conhecimento histórico* e *O conceito de “agência” em a Miséria da teoria de E. P. Thompson*, produzidos respectivamente nos Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) 2022/2023 e Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC) 2023/2024 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

pelo PCGB, levando ao seu encerramento. No ano seguinte, após romper com o partido, Thompson criou a *New Reasoner*, revista que buscava renovar os fundamentos do materialismo histórico. Em 1959, a *New Reasoner* uniu-se à revista *Universities and Left Review*, resultando na criação da influente *New Left Review*.

O principal objeto de pesquisa de Thompson foi a transformação da sociedade inglesa durante a Revolução Industrial, período que marcou o surgimento de uma nova classe social: o proletariado. O historiador dedicou-se a compreender a formação e a organização dessa classe. Para tanto, ele procurou se desvencilhar do determinismo econômico. Para Thompson, a “gente comum” desempenha um papel ativo na história. Sua abordagem visava preencher as lacunas deixadas pela historiografia reducionista, que frequentemente ignorava a complexidade da experiência vivida pelas classes subalternas. Thompson foi um importante membro da Escola Marxista Britânica, que ao lado de Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros, procurou evidenciar relações sociais no interior das classes, bem como os aspectos culturais, os costumes e os hábitos dos indivíduos, elementos que, para Thompson, também constituem a história.

*A miséria da teoria*, de E. P. Thompson, foi publicada pela primeira vez em 1978. No Brasil, a obra foi lançada em janeiro de 1981, pela editora Zahar.<sup>2</sup> Nesta obra, o historiador apresenta uma crítica contundente ao estruturalismo marxista representado pelo filósofo francês Louis Althusser, cuja influência era marcante no campo das ciências sociais e entre os historiadores naquele período. Thompson contesta a ênfase althusseriana nas estruturas e conceitos abstratos, que, segundo ele, tendem a reduzir os sujeitos históricos a meros efeitos dessas estruturas. Em oposição a essa perspectiva, o autor defende uma abordagem histórica centrada na experiência e na “agência” dos indivíduos concretos.

No capítulo VII, de *A miséria da teoria*, ao abordar a “lógica histórica”, E. P. Thompson evidenciou que a História possui uma lógica própria, que a difere das demais disciplinas. Nesse contexto, ele apresenta oito proposições em defesa do materialismo histórico, reafirmando a perspectiva crítica em relação ao estruturalismo. Thompson adverte contra dois desvios metodológicos: de um lado, a hipertrofia teórica, caracterizada pelo excesso de abstração conceitual desvinculada da realidade histórica concreta; de outro, o empirismo estreito, entendido como a valorização exclusiva da evidência empírica, desprovida de interpretação

---

<sup>2</sup> Em 2021, a Editora Vozes publicou uma nova versão da obra, que recebeu o título de *A miséria da teoria e outros ensaios*. Com 568 páginas, essa versão reúne outros textos de Thompson, entre eles: *Fora da baleia* (1960), *As peculiaridades dos ingleses* (1965), *Carta aberta a Leszek Kolakowski* (1973) e *Uma observação sobre os textos aqui contidos*.

crítica. Para o autor, a prática historiográfica deve manter um equilíbrio entre teoria e evidência, sempre atenta à complexidade e à “agência” dos sujeitos históricos.

No capítulo XII, Thompson aprofunda o debate em torno do conceito de “agência”, articulando-o à discussão sobre o que constitui o verdadeiro “motor da história”. Essa questão tem sido recorrente entre historiadores marxistas e gira em torno da definição de quais forças ou sujeitos efetivamente impulsionam os processos históricos. Thompson posiciona-se de forma crítica em relação às abordagens que atribuem esse papel exclusivamente às estruturas econômicas ou aos modos de produção, como frequentemente ocorre em interpretações estruturalistas. Para ele, a história não é movida por estruturas impessoais, mas pela ação consciente dos sujeitos. É nesse ponto que entra sua defesa da “agência histórica”, um conceito que enfatiza a capacidade humana de intervir na realidade e moldar os rumos da história.

Althusser jamais respondeu ou se manifestou diretamente sobre as críticas formuladas por Thompson em *A Miséria da Teoria*. No entanto, outro importante historiador ingressou no debate, apresentando considerações sobre o estruturalismo althusseriano e a lógica histórica defendida por Thompson. Trata-se de Perry Anderson, historiador e filósofo inglês, também membro da *New Left Review*, com uma extensa produção dedicada ao materialismo histórico. Em sua obra *Arguments within english marxism*, publicada originalmente em 1980<sup>3</sup>, Anderson reconhece, logo na introdução, a relevância intelectual e literária de Thompson, chegando a afirmar que este foi, possivelmente, o melhor escritor socialista da Inglaterra, e talvez até da Europa. Apesar dessa admiração explícita, Anderson não deixa de apresentar uma série de críticas e ressalvas à abordagem de Thompson, especialmente no que se refere à sua rejeição do estruturalismo, à defesa de uma noção de “agência” excessivamente voluntarista e à forma como articula teoria e história. Neste artigo, serão apresentadas e analisadas as principais objeções formuladas por Anderson às noções de “lógica histórica” e “agência”, tal como defendidas por Thompson.

Perry Anderson, historiador e filósofo político, nasceu em 11 de setembro de 1938, em Londres, e é reconhecido como um dos principais intelectuais marxistas do século XX. Aos 22 anos, assumiu a liderança da *New Left Review*, após a desintegração da primeira geração editorial da revista, provocada por conflitos internos. Sob sua direção, buscou ampliar o escopo teórico e geográfico da publicação, incorporando contribuições de outros intelectuais, tais como Gramsci, Lukács, Korsch, Adorno, Marcuse, Sartre, Horkheimer, Della Volpe e do próprio

---

<sup>3</sup> Apenas em 2018, por meio da Editora Unicamp, essa obra ganhou uma edição brasileira, que recebeu o título de *Teoria, Política e História: Um Debate com E. P. Thompson*.

Althusser, contribuindo para consolidar a *New Left Review* como um dos principais órgãos internacionais de crítica marxista.

Anderson também se destacou por suas pesquisas sobre o papel do Estado nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas. Entre suas obras mais influentes estão *Passagens da antiguidade ao feudalismo*, *Linhagens do Estado absolutista* e *As origens da pós-modernidade*. Em 1983, Anderson deixou sua posição de editor na *New Left Review*, no Reino Unido, para se tornar professor na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), nos Estados Unidos. Posteriormente, no início dos anos 2000, Anderson retornou à direção da revista, reafirmando seu papel de destaque no debate intelectual marxista.

O objetivo do presente artigo é apresentar e analisar as considerações de Thompson e as críticas de Anderson a respeito da “lógica histórica”, da validade do materialismo histórico e do conceito de “agência”. São questões que Thompson aborda nos capítulos VII e XII de *A miséria da teoria* e que Anderson apresenta críticas em sua obra posterior. Trata-se de uma pesquisa de revisão e discussão bibliográfica, fundamentada na leitura direta dos autores em debate, bem como em contribuições de importantes comentadores.

O artigo está organizado em três partes, além da introdução. Na primeira parte, aborda-se a noção de lógica histórica proposta por Thompson, seguida pela crítica desenvolvida por Anderson sobre esse mesmo conceito. Na segunda parte, são analisadas as oito proposições apresentadas por Thompson em defesa do materialismo histórico. Nesse contexto, são apresentadas as críticas de Anderson, que questionam a flexibilidade conceitual e ausência de uma definição precisa do objeto histórico na formulação materialista proposta por Thompson. Por fim, a terceira parte dedica-se à discussão do conceito de agência histórica, buscando também confrontá-la com as objeções formuladas por Anderson.

## **A Lógica Histórica e a crítica de Anderson**

Em *A miséria da teoria*, Thompson argumenta que os eventos históricos são dinâmicos e, portanto, não podem ser compreendidos por lógicas estáticas ou transpostas de outras disciplinas. Sua obra tem como foco central a crítica ao estruturalismo althusseriano e a tendência de subordinar a análise histórica a esquemas teóricos rígidos, nos quais os conceitos se sobrepõem à evidência histórica. Em oposição a isso, Thompson, formula a defesa de uma “Lógica Histórica”, entendida como uma lógica própria para a escrita historiográfica, cujo princípio fundamental é a articulação entre teoria e evidência. Essa proposta dialógica, será abordada na primeira e na segunda parte deste artigo. Para Thompson, a História, enquanto

disciplina, não pode adotar os mesmos métodos das ciências exatas ou naturais, pois lida com processos humanos não-repetíveis, sendo necessário, portanto, desenvolver uma metodologia própria, que responda às particularidades da escrita da história:

O estudo da história é empresa muito antiga, e seria surpreendente se, entre as ciências e humanidades, ela fosse a única a não ter desenvolvido sua disciplina própria, em vários milhares de anos, isto é, desenvolvido seu próprio discurso de demonstração. E não consigo ver o que seja esse discurso próprio, a menos que tome a forma da lógica histórica. (Thompson, 1981, p. 48).

No capítulo VII de *A miséria da teoria*, Thompson critica o estruturalismo althusseriano, assim como o empirismo, que se trata da busca demasiada somente de evidências, desconsiderando o aparato teórico, o que resulta numa abordagem fragmentada e desarticulada. Para Thompson, nenhuma das duas posições – o estruturalismo e o empirismo – é suficiente para compreender a complexidade do processo histórico. Nesse contexto, Thompson propõe oito proposições que retomam a ideia de dialogicidade entre teoria e evidência, defendendo que os acontecimentos estão sujeitos a contingência histórica e à ação humana, elementos que tornam impossível a previsão de eventos ou padrões fixos, isto é, o curso da história pode não ocorrer similar a um evento anterior.

Devido a isso, Thompson (1981, p.48) argumenta que a história exige uma “lógica característica, adequada ao material do historiador”.<sup>4</sup> A partir dessa premissa, ele propõe a existência da Lógica Histórica, uma racionalidade própria da prática historiográfica, cujo princípio fundamental é a união entre teoria e evidência empírica. Essa concepção é retomada no capítulo XII ao abordar o conceito de “agência histórica”. É a partir da valorização das evidências empíricas, fatos históricos, que Thompson formula sua crítica ao estruturalismo de Louis Althusser, afirmando que a teoria é insuficiente para análise do processo histórico.

Mais uma vez, Thompson reforça a necessidade do diálogo entre teoria e evidência, destacando que o conhecimento histórico advindo dessa relação não é exato, ou seja, não se configura em leis ou padrões de desenvolvimento universais. Para Thompson, a tentativa de universalização das explicações históricas é uma das principais limitações do filósofo francês. Segundo ele, Althusser atribuiu a teoria, formulada em termos de conceitos universais, a capacidade de explicar os processos sociais e históricos. Nessa perspectiva, caberia ao

---

<sup>4</sup> “Os modos de escrever história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veementemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar. [...] a ‘história’ não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (em minha opinião) de causas suficientes, pois as ‘leis’ (ou, como eu prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências, de modos que invalidaram qualquer regra nas ciências experimentais, e assim por diante.” (Thompson, 1981, p.48)

historiador apenas verificar qual modelo de produção ou conceito se aplicaria a determinado objeto. Ademais, Althusser acusou os historiadores de não possuírem teoria<sup>5</sup>. Thompson contesta essa concepção reducionista, argumentando que o conhecimento histórico não pode ser obtido por meio da aplicação simples de teorias pré-concebidas. Em vez disso, defende que a investigação deve partir do diálogo entre teoria e fonte histórica.

A Lógica Histórica, tal como proposta por Thompson, permite a validação da História como uma ciência no campo das demais ciências sociais, destacando a peculiaridade do seu objeto de estudo. Essa especificidade reside justamente em sua inexatidão, a ausência de leis e regras universalizantes. Ao defender a existência de uma lógica própria da História, o historiador está defendendo que a História tem uma maneira particular de construir conhecimento, baseada em modos específicos de pensar o objeto histórico e de interrogar suas evidências:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. (Thompson, 1981, p. 49).

Thompson recorre à metáfora de um tribunal para explicar o funcionamento da lógica histórica no processo de análise das fontes, referindo-se a ela como o “tribunal de recursos da história”. Para Thompson, a lógica histórica tem a função de interrogador: parte de hipóteses e questionamentos formulados teoricamente para interpelar as evidências, documentos, registros e fatos históricos concretos. Trata-se, portanto, de um diálogo constante entre conceito e evidência, no qual a teoria é um sustentáculo para a investigação, sem, no entanto, se sobrepor aos dados empíricos. Para Thompson, tanto a teoria quanto a evidência são necessárias à produção do conhecimento histórico, sendo essa articulação o que confere legitimidade à disciplina.

Por outro lado, em *Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson*, Anderson apresenta comentários críticos à ideia de Lógica Histórica. Como foi apresentado, para Thompson o conhecimento histórico se distancia de outros paradigmas científicos por operar uma lógica própria, caracterizada pela produção de um conhecimento seletivo e provisório. Thompson expõe tais elementos como características exclusivas da ciência

---

<sup>5</sup> "Quando Althusser e muitos outros acusam os historiadores de não ter ‘nenhuma teoria’, deveriam pensar que aquilo que consideram como inocência ou letargia pode ser a rejeição explícita e autoconsciente: uma rejeição de conceitos analíticos estáticos, de uma lógica inadequada à história.” (Thompson, 1981, p.49)

histórica, sugerindo que as demais ciências seriam capazes de produzir conhecimentos mais objetivos e, em certa medida, até exatos.

Anderson, no entanto, rejeita essa noção de Lógica Histórica como algo distintivo. Para ele, o caráter provisório, seletivo e sujeito a falseabilidade está presente em todo tipo de conhecimento, portanto, não se trata de uma particularidade da História enquanto ciência. As demais ciências também realizam uma seleção do que será estudado, também estão sujeitas à subjetividade e às escolhas do pesquisador. Dessa forma, segundo Anderson, Thompson superestima as especificidades da História e apresenta como características que, na verdade, são partilhadas por todo empreendimento científico.

Desse modo, o que Thompson aceita como condição excepcional da história é, na verdade, o status normal de toda ciência. Provisionalidade, seletividade e falseabilidade são constitutivas da natureza da empreitada científica como tal. Até a falta de controles experimentais não está confinada à historiografia: a astronomia também não permite testes de laboratório. (Anderson, 2018, p. 23).

Outrossim, para Anderson (2018, p. 23), embora a História produza, em muitos casos, um conhecimento aproximativo, ela também é capaz de gerar conhecimento objetivo. Um exemplo disso são as datas de acontecimentos históricos, que não são modificadas ainda que sobrevenham novas pesquisas sobre esse objeto histórico. Esses dados não são aproximativos, mas sim, exatos, pois se baseiam em informações objetivas fornecidas pelas fontes. Portanto, o conhecimento historiográfico não é somente aproximativo, mas também inclui elementos factuais que não estão sujeitos à interpretação do historiador.

Por que seria a história incapaz do conhecimento “além do aproximativo?” Acaso supomos que a data da Revolução de Outubro está sujeita a alteração no próximo século? O conhecimento exato e positivo nunca esteve além dos poderes da história: sua vocação, assim como a de suas disciplinas-irmãs, é expandi-lo. (Anderson (2018, p. 23)

Desse modo, as ressalvas de Anderson sobre a lógica histórica permitem compreender que características como o conhecimento provisório e aproximativo, a seletividade de fontes e a produção de enunciados sujeitos à falseabilidade não são exclusivas da História. Tais aspectos estão presentes também em outras ciências, assim como a História, por sua vez, também pode produzir conhecimentos rigorosos e sistemáticos.

## **As oito proposições de Thompson sobre o materialismo histórico**

Após apresentar o conceito de lógica histórica, Thompson apresenta oito proposições em defesa do materialismo histórico. Essas proposições são um aprofundamento da sua discussão inicial sobre a lógica propriamente histórica, buscando contribuir para a historiografia fundamentada na tradição do materialismo histórico. Logo na primeira proposição, Thompson (1981, p.49) reafirma a necessidade de estabelecer diálogo entre teoria e evidência na análise do objeto histórico. A proposição afirma que o objeto histórico é constituído por evidências, os fatos, os acontecimentos da história real e, portanto, são dotados de realidade, ou seja, possuem uma existência concreta e objetiva. No entanto, só se tornam conhecidos quando analisados, postos frente a uma teoria e por meio de uma metodologia apropriada. Assim, Thompson defende que a realidade histórica não é passiva, nem autor reveladora: ela requer interpretação, pois deve ser compreendida por meio da articulação entre o empírico e o conceitual.

1. O objeto imediato do conhecimento histórico (isto é, o material a partir do qual esse conhecimento é aduzido) compreende “fatos” ou evidências, certamente dotados de existência real, mas que só se tornam cognoscíveis segundo maneiras que são, e devem ser, a preocupação dos vigilantes métodos históricos. Esta proposição já foi discutida. (Thompson, 1981, p.49)

Na segunda proposição, Thompson apresenta a particularidade no método de investigação histórica, aprofundando o conceito de Lógica Histórica e suas particularidades epistemológicas. Nessa proposição, o autor reforça que o conhecimento histórico científico não é produzido da mesma forma que em outras áreas de estudo. Além disso, Thompson aponta três pontos fundamentais que indicam limites e fragilidades inerentes ao conhecimento histórico. Ele argumenta que o conhecimento histórico: é provisório, incompleto, seletivo e limitado. Em outras palavras, Thompson está reafirmando que o conhecimento histórico não é objetivo, pois este está sempre sujeito às novas indagações e reformulações. O historiador, assim como sua pesquisa, está inserido em um contexto histórico específico, o que significa que as perguntas feitas às evidências são próprias do seu tempo, são indagações e problemáticas levantadas em determinado período.

2. O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só “verdadeiro” dentro do campo assim definido. (Thompson, 1981, p. 49).

A seletividade apontada por Thompson remete ao fato de o historiador escolher os temas, as fontes e as metodologias que orientam a construção do conhecimento historiográfico. Nesse processo, o historiador tem um papel ativo. Sua subjetividade está presente no

desenvolvimento de toda a pesquisa. Além disso, o conhecimento histórico, como assinala Thompson, não apresenta um conhecimento exato ou definitivo. Reconstruir o passado à luz da seleção teórica, metodológica e de perguntas dirigidas às evidências não resulta em um conhecimento objetivo, de forma que não possa ser reformulado posteriormente. Todo conhecimento histórico é, portanto, uma historiografia de seu tempo. Elaborada a partir de indagações e problemáticas de um determinado período histórico e, por conseguinte, está sujeita a novas indagações. Nesse sentido, embora verdadeiro em sua fundamentação e coerência histórica, é sempre provisório e incompleto e aberto à crítica.

A terceira proposição dialoga diretamente com a segunda ao reafirmar a ideia de seletividade, dessa vez em relação às fontes e às perguntas que podem ser formuladas a partir delas. Thompson destaca que não se pode dirigir qualquer tipo de questionamento a um objeto histórico. As interrogações devem estar em consonância com a natureza da evidência. As perguntas e as hipóteses formuladas são direcionadas pela teoria, pela historicidade do historiador e pela própria característica da fonte disponível.

3.A evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas. Embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência. É isto que constitui o tribunal de recursos disciplinar. Nesse sentido é certo (aqui podemos concordar com Popper) que embora o conhecimento histórico deva ficar sempre aquém da confirmação positiva (do tipo adequado à ciência experimental), o falso conhecimento histórico está, em geral, sujeito à desconfirmação. (Thompson, 1981, p. 50).

Thompson afirma que, embora qualquer teoria histórica possa ser proposta, aquelas que não estiverem de acordo com as evidências serão consideradas falsas. Para ele, a teoria não deve funcionar como um sistema fechado que se auto explica independentemente da realidade. É preciso que a teoria tenha confirmação na realidade, isto é, na evidência, ao passo que, se torna imprescindível a concordância entre ambas. O conhecimento histórico torna-se falso quando a evidência é ignorada, manipulada ou distorcida com o objetivo apenas de confirmar a teoria previamente estabelecida.

Na quarta proposição, Thompson reafirma a importância do diálogo entre teoria e evidência e também critica a predominância teórica sobre os dados empíricos. Ele se opõe ao uso de regras gerais e ao dogmatismo teórico, em que uma teoria pré-estabelecida se encaixa para explicar um objeto. Por exemplo, a teoria não pode, por si só, explicar ou revelar o desenvolvimento da classe operária. A teoria precisa ser confirmada pela evidência, pelos documentos, pela história real. Thompson se volta contra o estruturalismo que buscava

valorizar a teoria e pré-determinar o rumo da explicação do conhecimento histórico a partir de uma desvalorização da própria evidência.

4. Segue-se dessas proposições que a relação entre o conhecimento histórico e seu objeto não pode ser compreendida em quaisquer termos que supunham ser um deles função (inferência de, revelação, abstração, atribuição ou “ilustração”) do outro. A interrogação e a resposta são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida como um diálogo. (Thompson, 1981, p.50)

Na quinta proposição, Thompson discute a presença inevitável da subjetividade do historiador na produção do conhecimento histórico. Embora as evidências sejam extraídas da história, que é composta por fatos concretos, que são encontradas nas evidências reais que não se alteram, o historiador que investiga estas fontes está preso a uma historicidade. A cada geração, surgem novas problemáticas, novas visões historiográficas, novas abordagens, isto é, as fontes não se alteram, mas os questionamentos sobre elas, sim. Assim, o conhecimento histórico é transitório e não estático, pois está em constante redescoberta à medida que novos estudos surgem para responder novas perguntas, particulares de cada período. Os questionamentos dirigidos às fontes são sempre produtos do tempo do historiador, isto pois, o conhecimento histórico não está completo, assim como está sujeito a novas indagações e novos estudos. De acordo com Thompson (1981, p. 51):

5. Cada idade, ou cada praticante, pode trazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a “história” se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social. Mas isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada.

Ao abordar a “inteligibilidade” histórica, Thompson entende que há duas formas complementares de entender a história. A primeira é objetiva, construída a partir do diálogo entre teoria e evidências, o que possibilita a produção de um conhecimento mais preciso. Mas a História não dispensa a subjetividade, a partir da qual, por meio de um processo de significação, no qual se emprega um juízo de valor e interpretações que refletem sua perspectiva e contexto. Esse conhecimento não-objetivo, não dispensa a determinação objetiva da evidência. “Esse julgamento deve estar ele mesmo sob controles históricos. Deve ser adequado ao material” (Thompson, 1981, p. 52). Thompson, portanto, não rejeita a dimensão subjetiva da “inteligibilidade” histórica, no entanto, argumenta que ela deve ser distinguida e mantida sob critérios próprios ao conhecimento científico, como perceptível no trecho que segue.

Podemos concordar (com Popper) que cada geração, cada historiador, tem direito a expressar um “ponto de vista”, ou (com Kolakowski) que temos o direito de atribuir essa “inteligibilidade imanente” à história como um “ato de

fê”, desde que deixemos claro que isto se baseia não em procedimentos científicos, mas numa “escolha de valores”. (Thompson, 1981, p.51)

Outrossim, na sexta proposição, Thompson reafirma que é imprescindível que a historiografia tenha base na dialogicidade teórica e factual. Ele não desvaloriza a teoria. Ao contrário, argumenta que ela é fundamental para o historiador que utiliza noções de causa, contradição, mediação, entre outras categorias analíticas. Não obstante, a teoria por si só não basta. Na proposição seis, Thompson elucida que “não é verdade que a teoria pertença apenas à esfera da teoria. Toda noção, ou conceito, surge de engajamentos empíricos e deve ser remetida a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência” (Thompson, 1981, p.53-54). Thompson reforça a ideia de que os conceitos não devem ser tratados como estruturas abstratas ou auto suficientes.

Thompson (1981, p.54) recorre à tríade dialética para exemplificar o diálogo entre teoria e evidência na produção do conhecimento histórico: “Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico”. Para Thompson, os recursos teóricos e as evidências históricas são dois momentos indispensáveis do processo de investigação histórica. É a partir deles que surge o conhecimento histórico, concebido não como reflexo direto da realidade, mas como síntese interpretativa construída a partir do pensamento teórico e dos dados disponíveis.

Portanto, a construção do conhecimento histórico se dá por meio da confrontação entre os fatos, ou seja, as evidências da história real, e as hipóteses e teorias formuladas pelo historiador. De acordo com Thompson (1981, p.54) “na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe ‘lá fora’, na história real.” De igual maneira, Bezerra (1995, p.124) aponta a importância da dialogicidade quando afirma que “o conhecimento teoricamente informado é, ainda, um diálogo entre a organização teórica da evidência e o caráter determinado de seu objeto”. O conhecimento histórico, portanto, adquire caráter científico quando há coerência entre a hipótese e os dados empíricos, ou seja, quando a teoria é capaz de explicar algo que de fato se encontra na realidade histórica investigada. Thompson (1981, p.54), acrescenta:

O que estamos dizendo é que a noção (conceito, hipótese relativa à causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional; isto é, não foi desconfirmada por evidências contrárias, e que organiza com êxito, ou “explica”. evidências até então inexplicáveis.

Na sétima proposição, seguindo com sua argumentação, Thompson afirma que a teoria não está separada, reservada em outro lugar ou em outra disciplina que não seja a história. Pelo contrário, ela se encontra enraizada no próprio campo da História, mais especificamente no materialismo histórico, que se refere à história real, concreta. A teoria, portanto, não pode ser concebida como algo abstrato ou dissociado da realidade empírica, ela deve necessariamente estar no campo da história e é dependente da história real. Nesse sentido, para Thompson, o historiador marxista não pode, jamais, escrever sem ancorar sua análise em uma base social e material sólida, fornecida pelas fontes e documentos.

7. O materialismo histórico não difere de outras ordenações interpretativas das evidências históricas [...] Não considero a historiografia marxista como dependente de um corpo geral de marxismo - como teoria, localizado em alguma outra parte (talvez na filosofia?). Pelo contrário, se há um terreno comum para todas as práticas marxistas, então ele deve estar onde o próprio Marx o situou, no materialismo histórico. É este o terreno do qual surge toda a teoria marxista, e ao qual ela deve, no fim, retornar. (Thompson, 1981, p.54-55).

Por fim, na oitava e última proposição, Thompson faz outra crítica ao estruturalismo althusseriano, e ao estruturalismo de modo geral, que constrói uma historiografia engessada, baseada nos determinismos geográfico, econômico ou cultural, que tendem a suprir a ação humana da produção histórica. Thompson aponta que uma história orientada apenas pela teoria, sem o diálogo com as evidências, torna-se decisivamente inflexível e demasiado rígida, características incompatíveis com a natureza dinâmica, contingente e irregular da experiência histórica concreta.

8. [...] A construção de conceitos históricos não é, evidentemente, um privilégio especial peculiar ao materialismo histórico. Tais conceitos surgem dentro do discurso comum dos historiadores, ou são desenvolvidos nas disciplinas adjacentes. [...] Esses conceitos, que são generalizados pela lógica a partir de muitos exemplos, são confrontados com as evidências, não tanto como “modelos”, mas antes como “expectativas”. Não impõem uma regra, mas apressam e facilitam a indagação das evidências, embora se verifique com frequência que cada caso se afasta da regra, sob este ou aquele aspecto. As evidências (e os acontecimentos reais) não obedecem a regras, e não obstante não poderiam ser compreendidas sem a regra, à qual oferecem suas próprias irregularidades. (Thompson, 1981, p.56).

Thompson adverte que a História não se baseia em regras, não há universalidades históricas em seu curso de desenvolvimento. Para Thompson, o historiador não deve criar ou se orientar por regras ou modelos rígidos que impeçam a consideração de outras possibilidades históricas. A teoria, nesse sentido, não deve ser tratada como um esquema determinista, mas como uma expectativa interpretativa, sempre sujeita a verificação e submetida ao diálogo com

as evidências. Thompson (1981, p.56) afirma também que “as evidências (e os acontecimentos reais) não obedecem a regras, e não obstante não poderiam ser compreendidas sem a regra, à qual oferecem suas próprias irregularidades.” Isso significa que, as teorias são necessárias para organizar e interpretar os dados históricos, mas devem ser constantemente ajustados à realidade empírica, marcada pela imprevisibilidade.

O materialismo histórico emprega conceitos de igual generalidade e elasticidade – “exploração”, “hegemonia”, “luta de classes” – mais como expectativas do que como regras. E até categorias que parecem oferecer menor elasticidade – “feudalismo”, “capitalismo”, “burguesia” – surgem na prática histórica não como tipos ideais realizados na evolução histórica, mas como famílias inteiras de casos especiais, famílias que incluem órfãos adotados e filhos de miscigenação tipológica. A história não conhece verbos regulares. (Thompson, 1981, p.57).

Desta forma, argumenta Thompson, um conceito precisa ser pensado de forma histórica e está oferecendo um campo de peculiaridades e particularidades. A história é alheia à universalização. As sociedades são originais, suas formações sociais não seguem modelos pré-estabelecidos, são diferentes e cada uma constitui uma história particular. Sabe-se que o conceito de “classe social” tem seu significado geral e amplo, mas ele não é suficiente por si só. Apenas o conceito não explica a diversidade concreta das classes sociais em diversos lugares e contextos. Somente a análise empírica, ou seja, as evidências, podem apresentar essas características particulares de cada realidade social que não podem ser determinadas nem subordinadas a regras rígidas. Isto posto, Thompson conclui sua última proposição em defesa do materialismo histórico reafirmando que não é e nunca fora ofício da história a elaboração de leis universais ou regras uniformizantes. A teoria fornece, segundo ele, os conceitos para análise, mas estes devem estar em diálogo com as evidências, sendo constantemente testados e reformulados diante da realidade histórica.

Em contraste com a obra thompsoniana, Perry Anderson lançou mais duas importantes críticas, à ausência de uma definição clara sobre qual seria, de fato, o objeto da História e sobre a maleabilidade dos conceitos históricos exposta por Thompson. Isto porque, em *A miséria da teoria*, o autor deixou de lado qual o objeto histórico na concepção do materialismo histórico, mas ao invés disso, caracterizou como objeto da história: o passado, relegando ao estudo da história somente o passado, o que não é verídico. Além disso, Thompson tornou os conceitos históricos muito fracos, de maneira que este poderia ser moldado pela evidência.

Na primeira proposição, Thompson afirma que o objeto de análise histórica são os fatos e evidências dotados de existência real. Já na quinta proposição, ele complementa que o objeto se encontra na história real e, por assim, pode ser investigado a partir de evidências incompletas

e imperfeitas. No entanto, esse posicionamento foi considerado por Anderson como excessivamente simples e insatisfatório, pois, segundo ele, Thompson acaba por reduzir a história ao passado. O debate sobre a definição do objeto histórico está presente em diversas teorias históricas, e muitos historiadores discordam da ideia de história ser a ciência que estuda o passado. Anderson evidencia a fragilidade conceitual na formulação de Thompson no trecho que segue:

Ele [Thompson] iguala história e passado. “Histórico” é uma definição genérica: define bem genericamente uma propriedade comum de seu objeto - pertencer ao passado, e não ao presente ou ao futuro”. Ao mesmo tempo, ele sustenta que “o passado humano não é um agregado de histórias particulares, mas uma soma unitária do comportamento humano”. A lógica dessas proposições parece ser a de que a história é o registro de tudo o que aconteceu - uma conclusão notoriamente vazia. (Anderson, 2018, p.24)

Para Anderson, a definição de objeto da história de Thompson é demasiado insuficiente e problemática. Afinal, todas as ciências, seja ela a história ou as ciências da natureza ou exatas, estudam suas determinadas fontes, assim como todo conhecimento científico é seletivo, provisório e sujeito a sua falseabilidade. Portanto, todas as ciências se baseiam na seleção de fontes e evidências para realizar seus estudos. Logo, é preciso questionar; qual é a especificidade da história? Qual é o seu objeto? O que ela tem de diferente das demais ciências? Anderson critica a visão simplista de Thompson, que reduz o objeto da História a fatos e evidências, sem aprofundar a reflexão sobre a natureza e a particularidade do campo historiográfico.

Anderson também argumenta que, na sua crítica feroz ao estruturalismo, Thompson ignora que Althusser formulou uma resposta melhor sobre o que seria o objeto histórico. Segundo o filósofo francês, “um fato histórico é um fato que ‘causa uma mutação nas relações estruturais existentes’” (Anderson, apud Althusser, 2018, p. 25). Deste modo, Thompson dá ênfase somente a “relações estruturais” e, entende que Althusser propõe uma historiografia estruturalista, mas não observa o aspecto essencial da afirmação de Althusser, que é a mudança, a transformação, o movimento, ou seja, a ausência de estagnação. Anderson (2018, p. 25) afirma:

Em sua ira contra a frase “relações estruturais”, Thompson negligencia o ponto crítico da definição que ele está atacando: “o termo mutação”. A fórmula de Althusser põe uma ênfase impecável na mudança e não na estabilidade – como Thompson imagina que ela faz.

Thompson, como um marxista, reconheceu a existência de uma luta de classes entre o proletariado e a burguesia e ainda mais, pensou na história “vista de baixo”, questionando como

a classe proletária se organizou socialmente. No entanto, segundo Anderson, ele negligenciou especificar a produção material dos sujeitos históricos como o verdadeiro objeto da História. Anderson aponta que Thompson falhou ao não especificar que o objeto da história para o marxismo é a produção da vida material do homem e sua organização social. Anderson (2018, p. 26) alega que faltou uma resposta mais consistente e plausível de Thompson sobre o que constitui o objeto da história.

Não é objeto de reprovação que nem Thompson nem Althusser resolvessem um dos mais antigos e mais obstinados enigmas na filosofia da história. Mas, dos dois, é preciso dizer que foi o filósofo francês, em vez do historiador inglês, que, nessa ocasião, nos deu a resposta preferível – superior porque suficientemente firme e definida para ser falseável. (Anderson 2018, p. 26)

Anderson conclui que Althusser conseguiu definir melhor o objeto da história porque o autor em sua afirmação traz o conceito de “mudança”, de transição, o que Thompson, infelizmente, nas oito proposições em defesa do marxismo não conseguiu apresentar. Thompson ao definir objeto da história como “história real”, indica que a história é tudo o que tem evidência, o que não a difere o marxismo de outras teorias da história. Além disso, perante essa definição genérica, torna-se fácil igualar história e passado.

Anderson também critica a abordagem de Thompson sobre os conceitos históricos, assunto abordado na oitava e última proposição. Para Thompson, os conceitos históricos são outra particularidade da disciplina, sendo caracterizadas por uma certa elasticidade. Ele defende que esses conceitos não devem ser vistos como “modelos fixos”, mas sim como “expectativas”. Assim, o conceito assume o papel de uma ferramenta teórica que não impõe nenhuma regra universal, mas que, ao ser confrontado com as evidências possibilitaria a interrogação dessa última e, ao mesmo tempo, está sujeito a transformações frente a evidência. Anderson considera essa abordagem demasiada flexível e critica Thompson por tornar os conceitos excessivamente maleáveis.

Certas categorias e conceitos críticos empregados pelo materialismo histórico só podem ser compreendidos como categorias históricas, isto é, categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo; ao escrutínio dos “fatos” que no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma (ou conservam sua forma mas modificam seus “significados”), ou se dissolvem em outros fatos; conceitos adequados ao tratamento das evidências não passíveis de representação conceitual estática, mas apenas como manifestação ou como contradição. (Thompson, 1981, p.56)

Para Anderson, Thompson definiu os conceitos históricos de maneira muito simples e frágil, sem situá-los adequadamente no interior do materialismo histórico. Segundo Anderson, Thompson tornou os conceitos maleáveis, visto que poderiam ser moldados pelas evidências

empíricas. De acordo com Thompson (1981, p.57), estes conceitos “surtem na prática histórica, não como tipos ideais realizados na evolução histórica, mas como famílias inteiras de casos especiais, famílias que incluem órfãos adotados e filhos da miscigenação tipológica”. Dessa forma, conceitos centrais do marxismo, como “classe”, “luta de classe”, “capitalismo”, “hegemonia”, estariam sujeitos a sofrerem mudanças no seu sentido a partir das evidências. Para Anderson, essa flexibilidade conceitual compromete a precisão analítica marxista.

Anderson adverte sobre a problemática da frouxidão dos conceitos históricos quando estes são constantemente reformulados a partir de sua confrontação com os fatos. O que se entende pela defesa de Thompson é que a evidência se torna mais importante que o conceito histórico. Anderson se posiciona contrário ao formular que ainda que a evidência seja importante para a construção do conhecimento histórico, a História precisa de conceitos claros e bem definidos. A ideia de “classe”, por exemplo, precisa ter um significado geral, com delimitação clara sobre o que constitui uma “classe”, quais suas especificidades e quais suas generalidades. Para Anderson, os conceitos históricos não podem ser frouxos em suas noções, não podem ser maleáveis conforme uma nova evidência, visto que, quando bem formulados, os conceitos já abrangem a diversidade e complexidade empírica.

Thompson se equivoca. Sua argumentação, com efeito, leva a reivindicação por uma legítima frouxidão de noções, [...] O fato de que seu objeto se modifica continuamente não isenta a disciplina da história da obrigação de formular conceitos claros e exatos para sua compreensão mais do que isentaria a meteorologia. (Anderson, 19981, p.21)

É possível concordar com Anderson, ao afirmar que os conceitos históricos não devem ser subordinados às evidências, nem perder sua relevância diante de mudanças empíricas. Os conceitos históricos necessitam, sim, de definições gerais e estruturadas, capazes de abarcar as especificidades de cada evidência de modo que o historiador utilize os conceitos como ferramentas da investigação histórica. Por fim, elucida Anderson (2018, p.22) que “o necessário dever de atenção, do historiador, ao evento particular ou à prática concreta deve ser livre de suspeitas dobrando-se ou alargando-se gerais em torno deles”.

### **Debate sobre o Motor da História e considerações de Anderson sobre a Agência**

No capítulo XII de *A miséria da teoria*, Thompson retoma um dos debates centrais da historiografia marxista: a discussão sobre o “motor da história” que está diretamente ligada ao conceito de “agência” na História. Trata-se de uma reflexão sobre o papel dos sujeitos históricos na condução dos processos sociais e das transformações estruturais, se observa que “motor”, a analogia inicial da discussão se refere a agência, ao passo que na apresentação de Thompson a

agência tomará lugar como motor da história. No entanto, a agência em Thompson não é bem definida, durante a discussão se observa que Thompson destacou somente um significado de agência. Ademais ao longo do capítulo, Thompson, novamente tece críticas ao estruturalismo de Louis Althusser, que segundo ele, tende a esvaziar a ação humana em nome de estruturas deterministas.

Thompson inicia o capítulo afirmando que há, sim, uma força motriz da história e, logo em seguida, identifica essa força como sendo a luta de classes. O autor de *A miséria da teoria* problematiza essa afirmação ao analisar como a ideia de “motor da história” foi interpretada e formulada por alguns historiadores. Desta maneira, Thompson fez três observações críticas sobre essa concepção. A primeira observação aborda a afirmação de que “a luta de classes é o motor da história”. Thompson afirma não ter encontrado essa frase exata nos escritos de Marx, nem no Manifesto Comunista, nem nos textos de seus, como ele ironicamente denomina, “eruditos amigos”. Logo, o que há é a suposição que Marx tenha falado que “a luta de classe é o motor da história”. Para Thompson (1981, p. 117) o que Marx realmente não fez de forma tão categórica:

O que o Manifesto realmente diz, em sua primeira linha, como deveria ser bem conhecido para que o tivéssemos de repetir, é: “A história de todas as sociedades existentes até agora é a história das lutas de classes”, a que Engels acrescentou posteriormente uma nota de rodapé, retirando dessa formulação as sociedades primitivas (que, devemos presumir, não tinham “motor”). As duas afirmações, de qualquer modo, não são a mesma coisa.

A segunda observação de Thompson é que o termo “motor” não deve ser compreendido como uma proposição fundamental, ou tese, nem mesmo conceito, mas sim como uma analogia. Sendo, portanto, uma analogia, Thompson aborda que se Marx realmente tivesse dito que “a luta de classes é o motor da história”, não teria sido seu objetivo sugerir que os conflitos de classe funcionassem literalmente como engrenagens de um motor físico. Em vez disso, a expressão teria sido utilizada de modo figurado, para ilustrar uma ideia complexa por meio de uma imagem acessível<sup>6</sup>.

Thompson observa que, embora as analogias possam servir para esclarecer um conceito, estas não devem ser confundidas com o próprio conceito, nem constituir um argumento central na análise. As analogias, metáforas, ilustrações que são usadas de “como se”, são recursos

---

<sup>6</sup> “A afirmação é da ordem de ‘como se’: podemos conceber a história da sociedade como se fosse puxada pela energia (motor, máquina) da luta de classes. As analogias podem ser boas ou más, mas o que estou pretendendo mostrar é que elas servem para efeito de explicação ou ilustração – são um condimento da argumentação, com frequência usado uma ou duas vezes, de passagem, mas não constituem o próprio argumento.” (Thompson, 1981, p 118)

retóricos e pedagógicos, mas não tem o mesmo estatuto teórico que os conceitos analíticos. Por conseguinte, Thompson conclui essa observação defendendo que as analogias não podem atravessar os limites da teoria, não podem ser retiradas de seu contexto original, onde funcionam apenas como um “condimento do argumento”, para serem elevadas à condição de conceitos teóricos. Em suma, as analogias servem para ilustrar ou esclarecer um conceito, mas elas soltas não formam um conceito.

Por fim, na terceira observação, Thompson questiona a qualidade da própria analogia de “motor”, considerando-a inadequada. Entendida como uma proposição do tipo “como se”, a metáfora do motor não remeteria, segundo ele, a locomotivas, como poder ser interpretado de forma equivocada, mas sim ao motor de uma máquina, ou de uma fábrica. Nesse modelo metafórico, a energia propulsora, isto é, a luta de classes, equivale ao motor, enquanto as partes em movimento da máquina seria o equivalente a história. Thompson (1981, p.119) ilustra esse ponto da seguinte forma:

Marx e Engels, que viveram na pré-história do motor de combustão interna, estavam talvez pensando numa fábrica do Lancashire, e não na locomotiva e sua fornalha, mas sim nos eixos e correias de transmissão que dirigiam a mesma energia para diferentes máquinas e peças móveis: essa energia, transmitida igualmente ao Direito e à política e à ideologia, se torna, por analogia, a luta de classes, e todas as partes em movimento conjunto (a fábrica) tornam-se “história”.

Ainda sobre a analogia do “motor da história”, Thompson adverte que seu significado não é o mesmo em Marx e em Althusser. Para Marx, e também para Thompson, a luta de classe é compreendida como resultado da ação dos indivíduos, ou seja, da prática política e subjetiva dos sujeitos históricos. Já em Althusser, ao contrário, a luta de classes não aparece como resultado da ação dos indivíduos, da ação política, subjetiva e ideológica, mas emerge como resultado de um movimento mais estrutural e pré-determinado<sup>7</sup>. No estruturalismo althusseriano, embora a luta de classes esteja presente, ela tem um sentido estático, estrutural e desprovido de historicidade. Não aparece como resultado de uma luta concreta, vivida pelos indivíduos, mas como mais um elemento estrutural e sem historicidade, dentro de um sistema teórico fechado.

Outrossim, Thompson também identifica que há um limite teórico ao falar de “motor da história”, isto porque não há uma explicação concreta de como se processa a luta, nem mesmo sobre o funcionamento desse motor. Em outras palavras, a metáfora não explica como a luta de

---

<sup>7</sup> “Para Marx, o processo histórico se desenvolve como se fosse impulsionado por essa energia generalizada (de atores conflitantes); para Althusser, o planetário do sistema é literalmente movimentado, em todas as suas evoluções e permutas, pela luta de classes” (Thompson, 1981, p.120)

classes se dá concretamente na história, qual a natureza das classes e como elas são postas em luta, o que impulsiona, quais os antagonismos. Mais uma vez, Thompson acusa Althusser de retirar a agência humana da história. Para Thompson, Althusser deu ênfase ao conceito de *contradição* e o colocou como anterior ao de *luta de classes* e, ao fazer isso, o filósofo francês acabou por reduzir a ação humana do processo histórico, substituindo sujeitos históricos por categorias abstratas. Thompson (1981, p. 122) afirma que em Althusser:

O sujeito (ou agente) da história desaparece mais uma vez. O processo, pela enésima vez, é reificado. E uma vez que as classes são “funções do processo de produção” (processo em que, aparentemente, nenhuma agência humana poderia entrar), o caminho fica mais uma vez reduzido à tolice de deduzir classes, frações de classe, ideologias de classe (“verdadeiras” e “falsas”) de seu posicionamento imaginário [...] dentro do modo de produção [...] e esse modo de produção é concebido como alguma coisa diversa da sua realização no processo histórico e dentro do “conjunto das relações sociais”. (Thompson, 1981. p.122)

Além disso, Thompson considera inadequada a analogia do “motor da história” porque ela pressupõe que história e luta de classes são distintas, como se ambas estivessem em planos diferentes, o que não sugere Thompson. Para ele, a classe não é uma entidade dada, mas é constituída a partir dos anseios, das experiências dos sujeitos, da subjetividade dos indivíduos históricos.<sup>8</sup> A célebre afirmação de Thompson, de que “a classe operária se fez a si mesma tanto quanto foi feita” (Thompson, 1981, p.121), expressa com precisão a ideia do autor sobre a noção de classe. Para ele, classe e consciência de classe caminham juntas, e ambas não são estáticas, ou pré-determinadas, ao contrário, são formadas historicamente. Embora reconheça a existência de elementos estruturais atuando sobre as classes, Thompson insiste que os indivíduos fazem sua história sobre condições determinadas, ainda que em determinadas condições que não escolheram.

Outrossim, Perry Anderson faz ressalvas à concepção de agência apresentada por Thompson. Para Anderson, Thompson não definiu de forma clara o significado do termo no contexto histórico. “Agência” é uma noção polissêmica, e Thompson teria negligenciado a consideração de outras formas possíveis de agência, limitando sua análise a um recorte restrito da ação histórica.

Em outro capítulo, intitulado “Agência”, Anderson tece comentários críticos à concepção de agência defendida por Thompson. Na obra thompsoniana, termo é compreendido

---

<sup>8</sup> “Recobrando o senso, lembramos porque nunca nos agradou muito a analogia da luta de classes como motor da história. É que ela supõe duas entidades distintas: “história”, que é inerte, uma intrincada composição de peças; e um ‘motor’ (luta de classes) que é colocado nela, e movimenta essas peças, ou as coloca em movimento” (Thompson, 1981, p. 123)

como ação do sujeito ativo, livre, capaz de intervir e transformar diretamente o curso da história. Trata-se, portanto, de um agente dotado de liberdade e intencionalidade. Por sua vez, Anderson, argumenta que “agência” é um conceito ambíguo e deve ser compreendido de forma mais complexa, apontando que ele comporta, ao menos, três significados distintos.

Lembremo-nos, primeiramente, de que o termo “agência” revela uma ambiguidade curiosa em seu uso ordinário, possuindo duas conotações opostas. Ele significa, ao mesmo tempo, iniciador ativo e instrumento passivo. A palavra é utilizada por Thompson exclusivamente com a intenção de conotar o primeiro sentido, mas frases como “agentes de uma potência estrangeira” e “agentes de um banco mercantil” nos lembram da frequência do segundo sentido. Ironicamente, Thompson, sem perceber, utiliza ele mesmo termo dessa forma em vários momentos em *A miséria da teoria*. (Anderson, 2018, p.30-31)

A crítica de Anderson à Thompson reside no fato de que ele apresentou a agência como atividade livre e consciente do sujeito histórico, ignorando que esta agência também ocorre de forma passiva. A fim de esclarecer melhor esse debate, Anderson (2018, p.31) afirma que “se a agência é interpretada como uma atividade consciente, orientada para um objetivo, tudo se volta para a natureza dos objetivos, pois é óbvio que todos os sujeitos históricos se engajam em ações o tempo todo, das quais eles são ‘agentes’ em sentido estrito”. Por conseguinte, Anderson identifica três tipos de agências qualitativamente diferentes, de acordo com seus objetivos e que não foram abordadas por Thompson.

A primeira forma de agência, observa Anderson, é aquela que se refere a ação dos sujeitos em busca dos “objetivos privados”. Trata-se das escolhas particulares de cada indivíduo realizadas no decorrer da história, geralmente associadas a ações cotidianas que não têm o objetivo de promover transformações na sociedade. Já a segunda forma de agência diz respeito a “objetivos públicos”, que podem ser coletivos ou individuais. No entanto, mesmo voltadas ao espaço público, não possuem caráter transformador, pois almejam no máximo uma reforma ou reorganização dentro da estrutura social existente, sem ruptura com a ordem vigente<sup>9</sup>.

Como exemplos desta segunda forma de agência, podemos apontar os movimentos religiosos, movimentos políticos, conflitos militares, explorações comerciais, manifestações culturais e outras. São ações com objetivos públicos, mas que não necessariamente almejam mudanças estruturais. Anderson também faz alusão, como exemplo, a greve numa determinada fábrica. Nesse caso, os trabalhadores, através do movimento paredista, não desejam tomar os meios de produção ou uma inversão de papéis do que está estabelecido, mas organizam sua luta

---

<sup>9</sup> “em sua maioria esmagadora, não almejam transformar as relações sociais como tais - criar novas sociedades ou dominar antigas: na maior parte, estas estão muito mais limitadas a seu escopo (voluntário)” (Anderson, 2018, p.32)

e reivindicam melhorias específicas, como melhorias salariais, melhores condições de trabalho ou de infraestrutura no ambiente laboral.

E a terceira forma de agência destacada por Anderson refere-se às iniciativas públicas que têm o objetivo de “transformação social”. Trata-se de ações que buscam uma mudança estrutural da sociedade. De acordo com Anderson (2018, p.33) estas agências “são expressas em um programa consciente voltado para a criação ou a remodelação de estruturas sociais inteiras”. Como exemplo desta agência, podemos citar a Revolução Francesa, a Revolução Americana e a Revolução Russa, eventos que só se tornaram possíveis com o surgimento do moderno movimento operário e do socialismo científico, como aponta Anderson (2018, p.33):

É o moderno movimento trabalhista que verdadeiramente fez nascer essa nova concepção de mudança histórica; e é com o advento do que seus fundadores chamam de socialismo científico que, de fato, pela primeira vez, projetos coletivos de transformação social se casam com esforços sistemáticos para entender os processos do passado e do presente, a fim de produzir um futuro premeditado.

Dessa forma, Anderson aponta a limitação de Thompson em não apresentar as especificidades das diferentes formas de agência histórica.<sup>10</sup> Thompson trabalhou com um significado único de agência, evidenciando o sujeito livre, um iniciador ativo, que segundo Anderson, não condiz com a complexidade proposta pelo materialismo histórico. Esse equívoco ignora que existem várias formas de agência histórica e que os agentes não praticam suas escolhas livremente, mas sob circunstâncias determinadas. Mesmo a agência no sentido de iniciativas privadas, aquelas que não possuem caráter transformador e nem abarcam toda uma sociedade, está condicionada por estruturas que moldam os valores, desejos e decisões dos indivíduos.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou apresentar o debate entre E. P. Thompson e Perry Anderson em torno de temas centrais de *A Miséria da Teoria*. Thompson argumenta que a História possui uma lógica própria, uma vez que seu objeto de estudo, a experiência humana no tempo, está em constante transformação. Na elaboração dessa lógica histórica, Thompson defende a importância do diálogo contínuo entre teoria e evidência empírica na prática historiográfica.

---

<sup>10</sup> “O erro conceitual envolvido é amalgamar sob a mesma rubrica de ‘agência’ aquelas ações que são de fato vontades conscientes no nível pessoal ou local, mas cuja incidência social é profundamente involuntária (relação entre casamento-idade, digamos, e crescimento populacional), com aquelas ações que são vontades conscientes de sua própria incidência social”. (Anderson, 2018, p.34)

Posteriormente, ao apresentar suas proposições sobre o materialismo histórico, Thompson, além de criticar o estruturalismo, retoma a defesa do diálogo fundamental entre fonte e teoria.

Na primeira proposição, o historiador argumenta que o objeto da História são os fatos reais, mas que estes só se tornam inteligíveis por meio da análise, sendo, portanto, indispensável o uso da teoria. Já na segunda proposição, Thompson acrescenta que o conhecimento historiográfico produzido pela pesquisa é, por natureza, incompleto, seletivo e provisório, porém nenhuma dessas características o invalida como conhecimento verdadeiro. Ele explica que essa seletividade decorre, em parte, das escolhas do próprio historiador, que define seu objeto de estudo e suas ferramentas teóricas com base em interesses e perspectivas particulares, o que confere uma dimensão subjetiva à prática historiográfica. Além disso, o conhecimento histórico é delimitado pelas perguntas formuladas às evidências disponíveis.

Compreendeu-se que as proposições de Thompson se complementam mutuamente. A terceira proposição, por exemplo, aprofunda as duas anteriores ao afirmar que nem toda teoria será útil para a interpretação da evidência histórica, uma vez que o objeto já foi previamente selecionado. Apenas as teorias que estiverem em conformidade com a evidência poderão ser consideradas válidas. Retoma-se, assim, a centralidade do diálogo entre teoria e evidência. Essa ideia é reforçada também na quarta proposição, na qual Thompson critica o teorismo, isto é, a concepção de uma teoria universal capaz de abarcar todas as especificidades históricas. Para o autor, essa pretensão é equivocada, já que nenhuma teoria seria capaz, por exemplo, de explicar de forma única o surgimento da classe operária em diferentes contextos nacionais.

Na quinta proposição, Thompson aborda a subjetividade do historiador na construção do conhecimento histórico. Ele destaca que, embora os objetos históricos em si não se modifiquem, permanecem incompletos, pois estão sujeitos às indagações formuladas por cada historiador em seu próprio tempo. Assim, cada pesquisador interrogará o objeto histórico a partir das problemáticas e preocupações de seu presente, o que possibilita a produção de novos estudos sobre um mesmo tema. A sétima proposição foi alvo de críticas por parte de Anderson, especialmente pela forma como Thompson conceitua o objeto da História. Thompson sustenta que o objeto histórico pertence ao mundo real, ou seja, refere-se aos fatos e às evidências concretas. A partir disso, ele afirma que a teoria não se encontra fora da História, mas está imersa na própria realidade histórica.

Por fim, a oitava proposição trata dos conceitos históricos, isto é, da teoria. Para Thompson, tais conceitos não devem ser utilizados como regras fixas ou modelos a serem seguidos pelos historiadores, pois a História não é regida por leis universais. Nesse sentido, a

teoria deve ser compreendida como uma expectativa interpretativa que precisa ser constantemente confrontada e ajustada em diálogo com a evidência empírica.

Buscou-se, paralelamente à exposição do pensamento de Thompson, apresentar a crítica de Anderson, que considerou a abordagem do historiador uma visão simplificada da disciplina histórica. Anderson questiona a definição de Thompson segundo a qual o objeto da História seriam apenas as evidências do passado, especialmente quando estas são caracterizadas como provisórias, incompletas e seletivas, atributos que, segundo ele, não são exclusivos da História.

O conceito excessivamente flexível atribuído por Thompson ao fazer histórico foi alvo de crítica por parte de Anderson, que apontou os riscos da maleabilidade conceitual. Para o filósofo, os historiadores precisam operar com conceitos claros e bem definidos, que possam ser submetidos à análise em confronto com as evidências empíricas. Como exemplo, Anderson argumenta que, ao se analisar uma determinada classe social, é necessário que o conceito de classe (a tese) esteja rigorosamente delineado, de modo que, ao ser confrontado com as evidências (a antítese), resulte em uma síntese válida, isto é, a produção do conhecimento histórico.

Verificou-se também que a expressão “motor da história” não constitui uma teoria propriamente dita, mas sim uma analogia, empregada com a finalidade de esclarecer um conceito. A esse respeito, Thompson argumenta que, caso Marx e Engels tenham utilizado tal expressão, o fizeram de modo figurativo, no sentido de um “como se”. A metáfora remeteria à imagem de uma fábrica, em que a luta de classes funcionaria como o motor, isto é, a fonte de energia, e os elementos em movimento representariam os processos históricos. Ademais, Thompson procura evidenciar que, embora a ideia de luta de classes esteja presente tanto em Marx quanto em Althusser, ela assume significados distintos em cada autor. Para Althusser, a luta de classes é concebida como um elemento estrutural, desprovido de historicidade concreta, o que a insere em uma lógica teórica mais abstrata. Já em Marx, a luta de classes é entendida como o resultado do conflito entre duas forças sociais opostas, cujas condições históricas específicas determinam o embate. Trata-se, portanto, de um conceito intrinsecamente ligado à dinâmica concreta da história.

Na visão de Thompson, Althusser negligencia o papel da ação humana como agente da história. Thompson reconhece a existência de elementos estruturais que condicionam as classes sociais, mas ressalta que o ser humano faz sua própria história, ainda que sob circunstâncias determinadas, o que implica o reconhecimento da agência humana. Anderson observa que nem toda agência é ativa no sentido pleno; em determinados contextos, especialmente sob o sistema capitalista, a luta de classes pode dar origem a formas de agência passiva, isto é, ações limitadas

ou moldadas pelas condições impostas pela classe dominante. Essa distinção permite compreender a complexidade dos processos históricos e o papel ambíguo dos sujeitos neles inseridos.

Buscou-se contrapor o argumento de Thompson sobre a agência histórica, assim como apresentar e discutir a crítica de Anderson à noção de “lógica histórica”. Ao abordar o conceito de agência, Thompson limita-se à ideia de agência ativa e a trata como universal, o que constitui, segundo Anderson, sua principal fragilidade teórica. Essa é, de fato, uma das críticas mais contundentes feitas por Anderson à obra de Thompson. Anderson elabora observações críticas relevantes ao modelo de agência proposto por Thompson, destacando que este ignora outras formas de ação histórica.

Ele identifica, ao menos, três tipos distintos de agência que não foram considerados por Thompson: a) “Objetivos privados”, que dizem respeito a escolhas individuais voltadas à esfera pessoal, sem intenção de transformação social; b) “Projetos públicos”, que envolvem metas individuais e coletivas voltadas para reformas ou manutenção do status quo, sem, contudo, desafiar estruturalmente o sistema vigente; c) “Objetivos de transformação social”, que buscam alterar radicalmente as relações sociais existentes, como ocorre em processos revolucionários, a exemplo da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e da Revolução Russa. Ao destacar essas distinções, Anderson propõe uma compreensão mais ampla e matizada da agência, que permite analisar com maior precisão o papel dos sujeitos históricos nos processos de mudança ou conservação social.

Conclui-se que E. P. Thompson contribuiu de forma significativa para os debates sobre o conhecimento historiográfico, especialmente ao tratar do conceito de agência na História. No entanto, ao fazê-lo, deixou de considerar alguns aspectos fundamentais para a tradição marxista, ao não desenvolver seus argumentos à luz do materialismo histórico de forma mais sistemática. Por outro lado, Perry Anderson, por meio de sua reflexão crítica à abordagem de Thompson, oferece ao leitor uma contraposição teórica que amplia e aprofunda a compreensão historiográfica, apresentando uma interpretação mais consistente e articulada com os fundamentos do marxismo.

## Referências

ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: Um debate com E. P. Thompson**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p.29-73.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **E. P. Thompson e a teoria na história**. São Paulo, SP: Proj. História, 1995.

MELO JR., João Alfredo Costa de Campos. Edward Palmer Thompson (1924-1993). In. PARADA, Maurício. **Os historiadores clássicos, de Tocqueville a Thompson**, Vol. 2. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 1981.